



13º Congresso Estadual da ASSIMPASC
06 a 08 de Março de 2024 FLORIANÓPOLIS/SC

2

SEGUNDOS







Otto von Bismarck, o chanceler de ferro, foi um estadista da Alemanha do século XIX. O modelo Bismarckiano de previdência, se desenvolve da seguinte forma; trabalhadores empregados e empregadores contribuem em poupança compulsória de forma que apenas estes fariam jus à proteção. Esse modelo pode ser resumido pela expressão: “ Plano de Seguradora”, pois, somente recebe quem contribui.





Legislação

- LEI 8213/1991 (art. 94 a 99)
- DECRETO Nº 3.048/1999 – RPS (art. 125 a 134).
- DECRETO Nº 10.410/2020



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/03/2022 | Edição: 60 | Seção: 1 | Página: 132

Órgão: Ministério do Trabalho e Previdência/Instituto Nacional do Seguro Social

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/12/2022 | Edição: 229 | Seção: 1 | Página: 201

Órgão: Ministério do Trabalho e Previdência/Instituto Nacional do Seguro Social

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 141, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 14/07/2023 | Edição: 133 | Seção: 1 | Página: 58

Órgão: Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social

INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 151, DE 13 DE JULHO DE 2023

Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

IN 128/2022

<https://portal.inss.gov.br/in>

CTC emitida pelo INSS é o instrumento que permite que o tempo de contribuição vertido para o RGPS seja aproveitado por Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS ou Regimes de Previdência Militar, para fins de contagem recíproca.

EXPLICANDO A CONTAGEM RECÍPROCA



A CTC deverá ser única, devendo nela constar os:

- 1) Períodos de efetiva contribuição ao RGPS, de forma integral;
- 2) Períodos aproveitados, de forma fracionada, indicando qual destino
- 3) Respectivos salários de contribuição a partir de 1º de julho de 1994.



CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
(Para efeitos da Lei Nº 6226/75, com as alterações das Leis 6.864/80, 8.213/91 e 8.870/94)

Órgão Expedidor INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS	Data de emissão 11/01/2023
Nome do Requerente JOANA	Protocolo: 111111 NIT: 1111111
Nome da mãe NEUSA	CPF: 01111111
Data de Nascimento 16/07/1959	Doc. Identidade 11111111
Órgão Instituidor MUNICÍPIO DE VIAMAO	Emissor SSP UF RS Matrícula 1111111

A - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador:	MUNICÍPIO DE VIAMAO		
Número:	XXXXXX		
Documento:	4778 - CTPS	Série:	28
Função:	PROFESSOR		
Período Contribuição:	07/04/1993 a 31/12/1993		
Tempo de Contribuição: 0 ano(s), 8 mes(es), 24 dia(s)			
Tempo Aproveitado: 0 ano(s), 8 mes(es), 24 dia(s)			

DISCRIMINAÇÃO DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO

Empregador: MUNICIPIO DE VIAMAO					
Número: 0000000000-01					
Competência	Valor		Competência	Valor	
07/1998	130,00				
</					

COMO CONSEGUIR A CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO?



INSS
INSTITUTO NACIONAL
DO SEGURO SOCIAL

1. Acesse o [Meu INSS](#)
2. Faça login no sistema, escolha a opção "**Novo pedido**" ou utilize o campo editável onde consta a pergunta "Do que você precisa?" e uma lupa. Digite a palavra "certidão" e selecione **Certidão de Tempo de Contribuição**.
3. Acompanhe o andamento pelo Meu INSS, na opção "Consultar Pedidos".
4. O interessado será previamente comunicado nos casos em que for indispensável o atendimento presencial para comprovar alguma informação.

É muito importante manter o cadastro pessoal sempre atualizado, – informando, inclusive, um endereço de email e nº do telefone celular para receber as notificações do INSS.

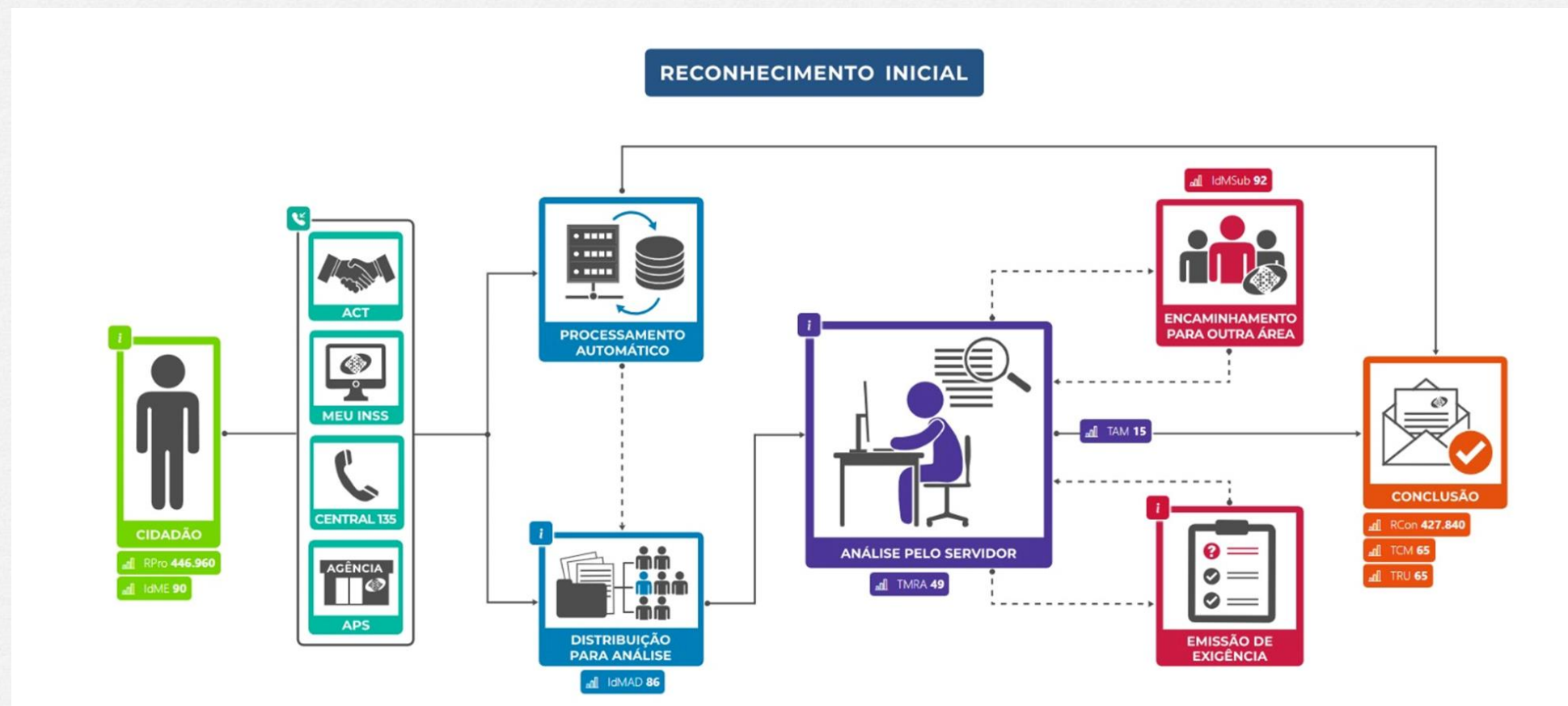
Documentos que poderão ser solicitados pelo INSS

- **Procuração** e documento de identificação oficial com foto e CPF do procurador, se constar indicação dessa forma de representação no protocolo. Poderá ser utilizado o modelo de procuração do Anexo XXII da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022;
- Documento de identificação e termo de responsabilidade, no caso de requerimento encaminhado por tutor nato;
- **Termo de Compromisso** acompanhado de termo de responsabilidade e documento de identificação, caso conste representante legal na condição de administrador provisório. Para o termo de compromisso poderá ser utilizado o modelo do Anexo XXIX da Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 2022;
- Instrumento de representação legal (guarda, curatela ou tutela), termo de responsabilidade e documento de identificação do (a) representante, para comprovar a condição de guardião, curador ou tutor;

- Certidão de casamento, nascimento ou provas de união estável/dependência econômica, além de documento de identificação do requerente, conforme o caso, quando o requerimento for efetuado por dependentes ou herdeiros do segurado (falecido).
- Documentos referentes às relações previdenciárias (exemplo: Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), carnês de contribuição/recolhimento de INSS, formulários de atividade especial, documentação rural, etc.); e
- Outros documentos que o cidadão queira adicionar. Exemplo: simulação de tempo de contribuição. petições, etc.
- Se você ainda tem dúvidas, veja a relação completa de [documentos necessários para comprovar a atividade](#).

<https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/seus-direitos-e-deveres/atualizacao-de-tempo-de-contribuicao/documentos-originais-para-comprovacao-de-tempo-de-contribuicao/documentos-originais-para-comprovacao-de-tempo-de-contribuicao>

APÓS REQUERER O QUE ACONTECE?





VOCÊ SABIA?

1

Para a expedição, não será exigido que o segurado se desvincule de suas atividades abrangidas pelo RGPS.

2

Poderá ser emitida para períodos fracionados, o qual deverá indicar os períodos que deseja aproveitar no órgão de vinculação.

3



Ao requerente que exercer cargos constitucionalmente acumuláveis, no mesmo ou em outro ente federativo, é permitida a emissão de CTC única com destinação do tempo de contribuição para, no máximo, RPPS de dois entes federativos ou o RPPS de um mesmo ente federativo para averbação nos dois cargos acumulados.

4



Se o requerente estiver em gozo de abono de permanência em serviço, auxílio-acidente ou auxílio-suplementar, a CTC poderá ser emitida, sendo o benefício cessado na data da emissão.

5



A contagem do tempo de contribuição para certificação em CTC observará o mês de 30 (trinta) dias e o ano de 365 (trezentos e sessenta cinco) dias.

6



Em caso de falecimento do segurado, a CTC poderá ser requerida pelos seus dependentes ou herdeiros.

7



Se o requerente estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, a CTC poderá ser emitida, desde que, antes de sua emissão, seja cessado o benefício a pedido do requerente.

Considera-se averbação automática o tempo de contribuição vinculado ao RGPS prestado pelo servidor público, que teve a apresentação da CTC dispensada pelo INSS para fins de realização da compensação financeira, nas seguintes hipóteses:

- A) Período averbado no próprio ente em que foi prestado o serviço, decorrente da criação do Regime Jurídico Único e
- B) No caso dos servidores estaduais, municipais ou distritais, período averbado no próprio ente em que foi prestado o serviço quando da transformação do Regime de Previdência em RPPS.

Não devem ser considerados como averbação automática os períodos averbados a partir de 18 de janeiro de 2019.

28/01/2019

SEI/ME - 1708088 - Nota Informativa



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria de Previdência
Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social
Coordenação-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal
Coordenação de Estudos e Diretrizes de Normatização

Nota Informativa SEI nº 1/2019/CONOR/CGNAL/SRPPS/SPREV-ME

INTERESSADO: SUBSECRETARIA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ASSUNTO: ALTERAÇÕES FEITAS PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871/2019 NA LEI Nº 8.213/1991 RELATIVAS A CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ENTRE O REGIME GERAL E OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL



22. Mais uma distorção deve ser registrada. Quando havia a averbação automática e depois a vacância de cargo público em decorrência de exoneração ou demissão, ou seja, quando o vínculo com a Administração era extinto sem a concessão de benefício previdenciário pelo RPPS, acontecia de esse regime, também por desconhecimento da legislação do RGPS, emitir CTC, abarcando, indevidamente, período de filiação ao RGPS.

10



Pode ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado ou de seus dependentes, desde que não seja alterada a destinação dos períodos já averbados e utilizados para obtenção de aposentadoria ou vantagem no RPPS.

Reflexos da averbação do tempo de contribuição de outros regimes.



Para o trabalhador: Uma das vantagens é, por exemplo, antecipar a data para o direito à aposentadoria.

Para o ente: RECURSOS para o fundo.

**DICA
TOP**



PeP

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
PREVIDENCIÁRIA

O que é?



O Programa de Educação Previdenciária (PEP) é um Programa Social do Governo Federal que tem o objetivo de orientar e informar a sociedade acerca de seus direitos e deveres relacionados à Previdência Social, fomentando proteção social aos cidadãos, inclusão e permanência no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

educapep.inss.gov.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO Portal de Atendimento

Requerimentos de Benefícios e Serviços
Previdenciários e Assistenciais



MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL



Clique **AQUI** para acessar

NOVO CURSO



MEU INSS





Consulta de benefícios

Aposentadoria por Idade

Aposentadoria por tempo de contribuição

Salário maternidade

Pensão por morte

Auxílio-doença

Agendar prova de vida

Benefícios Assistenciais

Certidão de tempo de contribuição

Alterar local ou forma de pagamento

Cadastrar ou renovar procuração ou representante legal

Solicitar pagamento de benefício não recebido

Recurso e revisão

Cessação de benefício por  bito

C culo de GPS diferença de valor devido – Contribui o inferior ao s l rio mínimo

Cadastrar ou renovar representante legal

Reativar benefício

Atualiza o de dependentes para Imposto de Renda

Atualiza o de dados cadastrais do beneficiário





GRATIDÃO

Marcelo Lima
Educador Previdenciário



MINISTÉRIO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL

